

Nesse segundo número da *Diaphonia* em 2018, a Revista entrevista o Professor Doutor José Luiz Ames dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Filosofia da UNIOESTE. A Revista, desde já, agradece o aceite do convite pela participação especial nessa edição.

D [Diaphonia]

JLA [José Luiz Ames]

D – O senhor poderia reconstituir um pouco sobre sua biografia, formação e o que motivou o interesse pela Filosofia?

JLA – Antes de tudo, quero agradecer pela oportunidade que os Editores da Revista *Diaphonia* me concedem para dizer algumas coisas na primeira pessoa do singular. Na vida acadêmica de pesquisa e publicação esses momentos são muito raros, porque ali nos submetemos à forma impessoal de tratamento. Agora, nesta entrevista, posso falar em meu nome para dizer algumas coisas sobre como concebo a Filosofia, como compreendo a relação entre os acontecimentos que constituíram minha vida e a forma como me relaciono com a Filosofia. Entrei na Filosofia nos anos de 1970. Sucedeu a mim, como a tantos outros da minha geração, defrontar-se com a Filosofia no interior de um projeto de vida religioso. Assim, não foi exatamente uma “escolha” pela Filosofia o que determinou meu encontro com ela. Isso, no entanto, não diminuiu sua influência sobre os rumos futuros de minha formação, atuação e história pessoais. Cursei simultaneamente Filosofia e Estudos Sociais. Quando abandonei o projeto religioso, já no final da formação teológica, foi pela Filosofia que me inseri no mundo. No começo dos anos de 1980 comecei o Mestrado em Filosofia na PUC-RS. Confesso que foi no decurso desta formação pós-graduada, e não durante a Graduação, que a Filosofia se revelou a mim um caminho de vida mais do que uma forma de conhecimento. Comecei a perceber a Filosofia como permanente interrogação. Com ela compreendi que a verdade é sempre uma questão de perspectiva: aquilo que nos é dado como verdadeiro não é mais do que uma determinada faceta e, por isso, é preciso interrogá-la para deixá-la na sua essencial relatividade. Este modo de ver a Filosofia permitiu-me captar o sentido da liberdade como ausência de determinações absolutas, definitivas. Ajudou-me a considerar minhas próprias verdades de modo perspectivado. Fez-me entender que viver filosoficamente é viver na liberdade de um mundo feito de possíveis; que absolutos nada mais são do que possíveis ainda não destruídos pela interrogação. O que pode aparecer como incômodo àqueles que não vivem filosoficamente – a exigência de nada aceitar sem previamente submeter tudo à interrogação – a mim se revelou uma condição necessária para a atitude de tolerância, de aceitação do diferente, de respeito às visões de mundo divergentes. Compreendi que um mundo

sem Filosofia é a morte da liberdade, porque sem ela passaria a imperar a intolerância, o dogmatismo, a dominação daqueles que se autoconstituem donos da verdade. Enfim, entendi que Filosofia e dignidade humana se exigem reciprocamente. Em 1985 comecei minha vida profissional como professor universitário trabalhando na mesma Instituição de Ensino Superior, em Santa Rosa/RS, na qual havia feito minhas Graduações. Foram dois anos que marcaram minha vida positivamente e durante os quais desenvolvi algumas das habilidades docentes que se mostrariam essenciais à minha vida profissional futura. Em 1987, casado, me transferi para o Sudoeste do Paraná – à cidade de Santa Isabel do Oeste – onde tive minha experiência no Ensino Fundamental e Médio. Desde fevereiro de 1988 estou na Unioeste, de modo que este ano se completaram 30 anos da minha atuação nesta Universidade.

D – Acerca, agora, de sua trajetória de pesquisa iniciada com a obra de Enrique Dussel em contexto do pensamento e cultura latino-americanos.

JLA – O final dos anos de 1970 e os anos de 1980 coincidiram com o auge da Teologia da Libertação. Eu fazia simultaneamente Graduação em Teologia e Mestrado em Filosofia na PUC-RS. Foi decisivo para minha formação o embate entre uma Teologia teórica e dogmática e uma Teologia militante e plural. Estava aberto diante mim o grande espaço da política, de transpor para o campo concreto, prático, os embates teóricos vividos na Teologia e na Filosofia. Deparei-me com os livros de Enrique Dussel no início de 1980, e foi um encontro decisivo. Quando, em 1983, comecei o Mestrado, foi em torno da obra de Ética deste pensador que decidi desenvolver minha Dissertação. O contexto sócio-político daqueles anos nos fazia questionar sobre o lugar da Filosofia num quadro de dominação de toda ordem. Parecia a nós, jovens cheios de ideais, que era injustificável o indiferentismo filosófico da Filosofia clássica aprendida nos Cursos de Graduação. A Filosofia da Libertação, no modo como a elabora Dussel nas suas obras, aparecia como o caminho a seguir, porque juntava ao estudo rigoroso da tradição filosófica o desafio de pensar a realidade latino-americana em vista de sua transformação. A Filosofia, escreve Dussel em suas obras daquele período, se propõe a pensar “realidade” em lugar de “palavras”; ela exige do sujeito do discurso filosófico uma “articulação orgânica consciente, real e decidida com o sujeito histórico” como “um modo de vida permanente, integrado à cotidianidade do filósofo”. Isso soava como música aos nossos ouvidos: uma Filosofia que pensa a vida concreta, material, das pessoas singularmente consideradas, assim como a vida e a história de um povo, e com ele se compromete eticamente como modo de vida permanente em busca de sua libertação. Filosofar era apropriar-se da tradição como “caixa de ferramentas” para refletir a vida concreta, compreender a dominação existente nas mais diferentes esferas do real e intervir neste processo no sentido de sua superação, da libertação. No Mestrado foi isso o que me motivou a investigar a obra de Ética de Dussel. Mas a

perspectiva dusseliana se estendeu para além do estudo da obra de Dussel. Muito embora a maior parte de minhas pesquisas a partir dos anos 2000 tenham se desenvolvido em torno da Filosofia Política Moderna – notadamente Maquiavel –, a exigência autoimposta continua a mesma desde os tempos da descoberta da obra de Dussel. Nos meus escritos sempre tenho diante de mim a seguinte interrogação: “Em que esta determinada questão refletida a partir deste determinado filósofo pode contribuir para pensar a problemática contemporânea desde uma perspectiva que ofereça aberturas ao que está historicamente dado?” Como podem ver, Dussel continua vivo em minha reflexão como procedimento metodológico – e porque não dizer, “ético” – essencial. Continuo me interrogando de que modo aquilo que reflito filosoficamente pode contribuir para a mudança, a transformação superadora do historicamente produzido.

D – Nas últimas décadas, sua pesquisa se reorientou para os estudos em torno do pensamento de Nicolau Maquiavel. Além do doutorado, o professor realizou recentemente uma estada na Itália desenvolvendo o projeto de pós-doutoramento à luz da obra do pensador florentino. Até que ponto essa vivência não só intelectual, mas cultural, tem sido significativa? Quais seus projetos atuais e futuros nessa perspectiva?

JLA – Nos anos de 1990 havia ainda poucos Programas de Doutorado em Filosofia no Brasil e naqueles que existiam não havia abertura para a Filosofia da Libertação. Minhas tentativas para continuar no Doutorado a pesquisa iniciada no Mestrado resultaram infrutíferas. Neste quadro, Maquiavel me apareceu como o pensador que havia se defrontado com um desafio semelhante ao que Dussel se propôs. Maquiavel escreve na obra *O Príncipe* (capítulo XV) que pretende tratar da “verdade efetiva da coisa em vez da imaginação sobre ela”. Eu via em Maquiavel o interlocutor que me permitiria continuar a interrogar “realidade” em vez de “palavras”, como escreve Dussel, visando compreender o presente histórico em vista da descoberta de modos de ação superadores, de intervenção no aqui e agora. Para Maquiavel, a verdade não antecede à ação, mas emerge dela; ele não vai à realidade com uma verdade pronta, aprendida dos livros, mas quer descobri-la a partir dela. Na obra de Dussel tem muito dessa mesma perspectiva. Nesses últimos 18 anos foram praticamente três dezenas de artigos e dois livros dedicados ao pensamento do florentino. No período de setembro de 2017 a agosto de 2018 tive a oportunidade de realizar um estágio pós-doutoral na Universidade de Urbino, Itália. O projeto que desenvolvi foi: “Conflito civil como força viva do poder constituinte em Maquiavel”. Procurei mostrar que a concepção *conflitual* da *política* defendida por Maquiavel pode tornar possível a existência de um *poder constituído* soberano sem implicar na anulação do *poder constituinte* popular, como ocorre na realidade atual do constitucionalismo liberal. Como podem notar, procuro me apropriar do pensamento maquiaveliano para pensar um problema teórico-prático essencial da

contemporaneidade política. A publicação dos resultados desta pesquisa se dá aos poucos. No primeiro semestre de 2018 saiu um trabalho (*Discurso*, v. 48, n. 1, 2018). Já está confirmada a publicação de dois capítulos de livro ainda em 2018 e submeti três artigos a Revistas dos quais ainda não recebi resposta e outros dois trabalhos estão finalizados, mas ainda não foram submetidos à publicação. Foi um ano muito produtivo, e não apenas em relação ao desenvolvimento de minha pesquisa. Tive a oportunidade de dialogar pessoalmente com muitos dos intérpretes de Maquiavel que eu conhecia até ali apenas por seus escritos. Além disso, foi uma oportunidade única de viver por um ano em um ambiente cultural riquíssimo. Cada cidade, cada rua, da Itália é plena de história e cultura. Tudo aquilo que havia lido passou a se tornar vívido e aparecer à plena luz. Pude sentir que existe hoje um grande respeito intelectual por aquilo que fazemos em Filosofia no Brasil. Tive a satisfação de ver alguns de meus trabalhos sendo referenciados nas publicações dos colegas italianos. Chama a atenção certa dificuldade de acesso àquilo que se publica no Brasil. Não somos mais conhecidos na Europa, talvez, porque nos servimos pouco dos mecanismos de divulgação proporcionados pela Internet (como, por exemplo, Academia.edu; Philpapers.org; entre outros). Confiamos ainda excessivamente na divulgação impressa em um mundo cada vez mais digital. Percebi nos colegas europeus um desejo de interagir mais fortemente com nossas Universidades e de conhecer mais profundamente aquilo que fazemos. Em termos de projetos futuros, em julho submeti um novo projeto de pesquisa ao CNPq, para continuar meu vínculo como bolsista produtividade para o período 2019-2022, no qual pretendo investigar a linguagem da jurisprudência e a relação recursiva entre conflito e direito presentes na obra de Maquiavel em vista de sua possível contribuição à compreensão do Estado de Direito constitucional-democrático contemporâneo. O resultado, sua aprovação ou não, saberei apenas em fevereiro de 2019. Como podem notar, continuo com a “obsessão” de mostrar que a obra de Maquiavel pode revelar-se uma ferramenta muito rica para repensar a democracia atual; mantenho a preocupação de “escavar” na obra de um pensador clássico como Maquiavel estruturas categoriais para compreender o mundo de hoje em vista da transformação daquilo que, nele, se mostra excludente e antidemocrático.

D – Conte-nos sobre a sua experiência na UNIOESTE, enquanto instituição, desde sua fundação até sua consolidação.

JLA– Eu ingressei na Unioeste em fevereiro de 1988. Foi um convite do Padre Hugo Rhoden, na época Coordenador do Curso de Filosofia. Quando fui para a conversa com ele, já havia aceitado um contrato de trabalho de tempo integral com a PUC-RS, Campus de Uruguaiana/RS. O que me levou a renunciar a este contrato e a me decidir pela Unioeste não foi a proposta salarial – a da PUC-RS era irrecusável em comparação ao que me foi oferecido pela Unioeste -, e sim a percepção de que ali estava nascendo algo novo no qual eu poderia ter participação decisiva. Para

entender isso, preciso situar brevemente a questão. No ano anterior, em 1987, o Governo do Estado havia assumido a manutenção das Faculdades mantidas pelas Fundações Municipais de Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. Havia criado uma Fundação Mantenedora Estadual – FUNIOESTE – para as quatro Faculdades. A Unioeste não existia ainda, nem de fato nem de direito. Existiam quatro Faculdades independentes mantidas pelo Estado do Paraná. Existia um novo mantenedor, mas academicamente permanecia a estrutura das Faculdades: FACITOL, em Toledo; FECIVEL, em Cascavel; FACISA, em Foz do Iguaçu e FACIMAR, em Marechal Cândido Rondon. O que me entusiasmou, e me levou a preferir Toledo à PUC-RS, foi o projeto de fazer das quatro Faculdades uma Universidade Multicampi. Aqui literalmente tudo estava ainda por ser feito e os dirigentes da época da “Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato” – FACITOL – de Toledo conseguiram apontar as oportunidades e souberam envolver no processo a mim e aos colegas que foram chegando na sequência. Nunca tive dúvidas de que fiz a escolha certa. Quando ingressei, em fevereiro de 1988, fui o primeiro professor da “FACITOL” com o título de Mestre. Este é um dado interessante para dimensionarmos nosso crescimento vertiginoso na titulação acadêmica. É preciso que se reconheça aos dirigentes da FACITOL daquela época a visão estratégica que estes tinham de que era preciso trazer professores titulados. Embora eles mesmos não tivessem formação de Mestrado ou Doutorado, corajosamente exigiam nos Concursos de seleção esta titulação dos candidatos, ao mesmo tempo em que estimulavam os antigos a se titularem. Não é um acaso que hoje o Campus de Toledo da Unioeste seja o que, proporcionalmente, tem o maior número de titulados e de comportar o maior número de Programas de Pós-Graduação. O “bom começo”, como diria Maquiavel, está diretamente ligado a isso. Eu me envolvi intensamente no processo de construção desta Universidade Multicampi na qual todos os *Campi* são iguais em hierarquia e todas as questões devem passar pela decisão colegiada. Em 1992 fui eleito o último Diretor da Faculdade: em dezembro de 1995 nascia, de fato e de direito, a Unioeste e desapareciam as Faculdades. Obviamente, o debate teórico em torno da concepção do projeto multicampi, assim como as questões práticas da estruturação física dos *campi* da Unioeste, não permaneceu isento ao jogo de forças. Se no campo teórico foi vitoriosa a ideia de uma estrutura acadêmica isonômica e democrática, no campo prático da criação das estruturas físicas e laboratoriais de funcionamento da nova Universidade o *campus* de Cascavel venceu o jogo de forças. Uma circunstância histórica e a ausência de espírito público de algumas pessoas que, na época, tinham poder de decisão, foram responsáveis pela criação de um desnível na estrutura física e laboratorial até hoje não superado entre os *campi*. As lideranças políticas de Cascavel e a Direção da entidade mantenedora das Faculdades – Funioeste – aproveitaram-se do fato de, no período da estruturação física da futura Universidade, o Governador do Estado ter sua base político-eleitoral em Cascavel e

os dirigentes da Funioeste serem professores da FECIVEL. Assim, procuraram, acima de tudo, dotar o Campus de “sua” cidade das estruturas necessárias, sem preocupar-se se isto traria ou não prejuízos aos demais *campi* da futura Unioeste. Os desequilíbrios na estrutura física e de laboratórios, existentes até hoje, entre os *campi* da Unioeste se originaram, neste caso, do “mau começo”. Em dezembro de 1995 assumiu o primeiro Reitor eleito democraticamente pela comunidade acadêmica, o prof. Erneldo Schallenberger. Convidado por ele assumi a Pró-Reitoria de Planejamento com o desafio de ajudar na estruturação da Universidade. Foi um período rico, inventivo e inovativo: literalmente, tudo ainda estava por ser feito e poder contribuir com isso, de inventar as estruturas de funcionamento da nova Universidade, de planejar seu futuro (o primeiro, e único, planejamento institucional colegiadamente construído ocorreu naquele período) me fez compreender a Universidade de um modo que jamais teria sido possível se tivesse me mantido tão somente na função docente. A Unioeste hoje, apesar de sua juventude, ocupa um posto de destaque no quadro das Universidades públicas brasileiras. Somos a Universidade que mais cresceu na Pós-Graduação, o que evidencia o acerto do investimento na titulação docente. Mas não só. A Pós-Graduação e a Pesquisa cresceram vertiginosamente na Unioeste pela iniciativa autônoma de seu corpo docente muito mais do que pelo incentivo e apoio da Administração Superior. Isso me parece um elemento promissor: as iniciativas nas três áreas acadêmicas – Pesquisa, Extensão e Ensino – nascem do interior do corpo docente, nascem “de baixo”. O promissor nisso, em meu entendimento, é que revela uma comunidade acadêmica viva e atuante que assume a realização dos fins da Universidade como tarefa dela e não como obrigação dos seus gestores. Aprendemos a criar as condições para viabilizar nossos projetos acadêmicos sem esperar pelos gestores. Isso é uma inovação no quadro das Universidades brasileiras nas quais, via de regra, as ações acadêmicas costumam ser resposta às proposições de seus administradores.

D – Um dos projetos acadêmico-institucionais que o professor idealizou refletindo significativamente para a área foi a criação, em 2005, do Programa Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Nível Mestrado) e, 10 anos depois, o Curso na modalidade de Doutorado. O que, aos seus olhos, representa essa conquista para a UNIOESTE e, em especial, para o Curso de Filosofia?

JLA – Se fôssemos traçar a história da criação do Mestrado de Filosofia da Unioeste, penso que o marco inaugural deveria ser a decisão, em 1996, de realizar anualmente um Simpósio centrado em Filosofia Moderna e Contemporânea. Na época ainda não tínhamos ainda nenhum doutor no quadro docente do Departamento. O mais adiantado no processo de formação era o prof. César Battisti, que havia saído em 1995 para fazer doutorado na USP. No entanto, a decisão de realizar um Simpósio de Filosofia centrado nesta área específica se mostraria

determinante na sequência para a criação do Mestrado. Não por acaso a área de concentração acabaria sendo Filosofia Moderna e Contemporânea, a mesma escolhida para o Simpósio. A partir do ano 2000 surgiram os primeiros doutores, a começar pelo prof. César, depois eu, e na sequência outros que entraram por Concurso e os que já estavam na Unioeste e iam concluindo seu doutorado. Em 2004 já tínhamos um quadro de oito doutores no Departamento, quase todos com formação na área de Filosofia Moderna e Contemporânea. Isso nos animou a elaborar o projeto de criação do Mestrado. Coube a mim a tarefa de coordenar os trabalhos, por ser o mais antigo no Departamento e o que tinha certa experiência administrativa daquele grupo. Coordenar trabalhos é distribuir tarefas e fazer convergir esforços. Para a elaboração do projeto de Mestrado, se impunha, porém, uma tarefa anterior: estudar cuidadosamente o Documento de Área para compreender adequadamente os critérios segundo os quais o projeto seria avaliado. Nosso projeto deveria espelhar a unidade interna de todos os tópicos, teria de evidenciar a aderência do corpo docente com a área de concentração e as linhas de pesquisa, enfim, deveria deixar claro que reuníamos as condições estruturais e acadêmicas para sustentar o projeto. Fomos muito bem sucedidos, tanto porque realmente construímos um projeto que atendia a todos os requisitos do Documento de Área, quanto também porque conseguimos mostrar que se tratava de um projeto coletivo do qual participaram não apenas os docentes credenciados, mas também muitos dos demais (recordo aqui, especialmente, do prof. Portela e do prof. Gambim, cuja participação foi decisiva), cada qual dentro de suas possibilidades. Este aspecto – a construção coletiva – é, por sinal, um diferencial notável do modo de proceder do corpo docente de Filosofia da Unioeste desde o começo. Os projetos apresentados são sempre construções conjuntas nos quais cada um dá de si aquilo de que é capaz. A tarefa de quem coordena é articular estes esforços e fazê-los convergir para a consecução do resultado visado. Ao longo dos anos desenvolvemos um perfil que respeita e estimula a singularidade das competências de cada docente e as integra no projeto comum. O respeito à pluralidade é um valor que consideramos irrenunciável. Não temos “correntes” internas construídas, em geral, em torno das vaidades individuais. Temos um corpo docente marcado pela diversidade de perspectivas filosóficas, mas que sabe agir cooperativa e convergentemente quanto é preciso realizar projetos comuns. O Programa nasceu, e permanece aberto, a *todos* os docentes que atendam aos requisitos de qualidade estabelecidos externamente pela Capes e internamente pela Unioeste. O projeto de Mestrado foi aprovado na primeira submissão, e o mesmo aconteceu depois com o projeto do Doutorado, do qual também estive na coordenação por estar, na ocasião, à frente do Programa. Alcançar a aprovação na primeira submissão – no nosso caso nas duas oportunidades – é exceção, e não regra, nos processos de criação dos Programas de Pós-Graduação de Filosofia no Brasil. Foi o reconhecimento de nosso empenho conjunto, o cuidado com cada detalhe do projeto, a revisão cuidadosa no

sentido de verificar sua coerência interna. Na aprovação do projeto de Mestrado o Reitor da Unioeste – na época o Prof. Alcebiades Orlando – ouviu diretamente do Diretor de Avaliação da Capes na ocasião – prof. Renato Janine Ribeiro – o elogio que nos encheu de orgulho: um projeto, segundo Janine, para servir de referência. Ao ser criado, nosso Mestrado foi o quinto Programa da Unioeste e o Doutorado foi o décimo. A criação do Doutorado, em 2015, constituiu-se no coroamento do processo de formação acadêmica: a partir de agora passamos a oferecer o último nível formativo da estrutura acadêmica das Universidades, nas quais o título acadêmico mais elevado é Doutor. A criação do Doutorado foi possível, porque mostramos a elevação da qualidade ofertada no Mestrado, o que foi reconhecido pela atribuição do conceito 4 ao Programa na avaliação do triênio anterior. Hoje a Filosofia da Unioeste é reconhecida e respeitada no quadro da Pós-Graduação da área. Nosso Programa de Pós-Graduação recebe candidatos oriundos de diversos Estados brasileiros. Manter um Programa de Pós-Graduação nos dois níveis – Mestrado e Doutorado –, como é o caso da Filosofia da Unioeste, é um grande desafio para o seu corpo docente, considerando as exigências sempre maiores do órgão regulador da Capes. O professor credenciado do Programa precisa dominar não apenas as habilidades docentes, mas também o instrumental de pesquisa e publicação, além da orientação individual dos estudantes. É um desafio que empolga, porque nos faz crescer tanto profissionalmente quanto institucionalmente. Permite elevar cada vez mais a qualidade não apenas da Pós-Graduação, mas também da Graduação em Filosofia.

D – Qual sua posição relativa à disciplina de Filosofia no ensino médio em face da atual conjuntura nacional? Quais as implicações do ponto de vista das políticas públicas?

JLA – A disciplina de Filosofia, excluída dos currículos escolares pela ditadura militar na reforma do ensino em 1970, conseguiu retornar graças à luta das forças democráticas após a restauração do Estado de Direito Democrático em 1988. Foram muitos anos de lutas até ser finalmente reintroduzida como disciplina obrigatória no currículo de ensino de nível médio. Não por coincidência ela acabou novamente por ser excluída após a vitória das forças retrógradas que promoveram o golpe de Estado parlamentar em 2015. Paradoxalmente, sua exclusão me parece um reconhecimento de seu valor crítico. Aqueles que reduzem a Democracia ao procedimentalismo, como as forças políticas atuais após o golpe de 2015, temem a formação crítica para a qual a Filosofia é a estrutura formativa essencial. A possibilidade do retorno da Filosofia aos currículos como disciplina obrigatória, no meu entendimento, está articulado diretamente à vitória das forças democráticas. A exclusão da Filosofia dos currículos é obra das mesmas forças que querem uma “escola sem partido”. São forças políticas que reduzem a função da escola à formação de “autômatos descerebralizados”. Para estas forças, uma boa escola é



aquela capaz de produzir eficientes “instrumentos” produtivos. É uma escola que vê no ato de pensar crítico um comprometimento do êxito laboral. A Filosofia, para estas forças, aparece como inútil divagação, pois não treinaria nenhuma habilidade voltada à eficiência produtiva. Dentro desta compreensão, devem ter lugar na estrutura curricular apenas aquelas disciplinas que desenvolvam na “máquina descerebralizada”, a capacidade de produzir de forma eficiente, e obediente. Tudo aquilo que leva ao questionamento, ao pensamento crítico, deve ser excluído e execrado como inútil divagação. A História nos ensina que nada é definitivo. Por isso, acredito que em algum momento as forças antidemocráticas que hoje controlam o processo político no país serão vencidas. O tempo de agora é o tempo de pensar qual Filosofia queremos em nossas escolas. Tenho dúvidas se é aquela que temos oferecido durante este período em que ela retornou aos currículos. É o tempo, portanto, de exercer a crítica filosófica sobre a própria Filosofia praticada nos currículos do Ensino Médio. Afora felizes exceções, em geral, Brasil afora, não temos visto nossos estudantes de Ensino Médio resistir com entusiasmo à exclusão da Filosofia dos currículos. Servindo-nos da linguagem médica, poderíamos dizer que estamos diante de um *sintoma* que requer um *diagnóstico* mais preciso para um *prognóstico* mais seguro.

D – Qual a sua perspectiva para a filosofia no país? Que desafios a área tem pela frente?

JLA – Penso que o primeiro desafio é deixar de querer provar nossa “utilidade”. No currículo do Ensino Médio cada disciplina é avaliada por sua utilidade em vista da produção de resultados no sistema produtivo. É isso que leva à sua hierarquização: são dotadas de mais ou menos horas semanais segundo sua presumida importância para a consecução desse resultado. Na base, como inúteis – ou quase – estão disciplinas como Filosofia, Artes, Sociologia, História, entre outras; no ápice, em termos de utilidade, estão Matemática e Português instrumental. Além disso, para além dos Currículos de Ensino, a Filosofia quer equiparar sua importância à das Ciências: procura-se insistir em que a Filosofia seria “útil” e “necessária”, porque preencheria os espaços que as Ciências não dão conta. Na verdade, penso que a Filosofia não concorre com as Ciências, porque é outra forma de conhecimento, ela não é um “conhecimento científico” – uma “Ciência” –, assim como sua “utilidade” não se mede em relação à produção de meios materiais. Nesse sentido, ela pode ser dita “inútil”. Sua importância, penso, é antes medida por sua relação ao ser humano, à sua existência em meio a um mundo cada vez mais robotizado. O desafio com o qual a Filosofia se depara, no meu entendimento, é o de pensar na radicalidade esta questão. Na forma, penso que isso deverá levar-nos a abandonar a perspectiva da História da Filosofia segundo a qual costumeiramente a prática filosófica acontece entre nós. Teremos de reaprender a “fazer Filosofia” pensando tematicamente. Isso implica em constituir-nos como “sujeitos filosóficos”

capazes de pensar por nós mesmos, sem a bengala confortável e segura de algum filósofo. Construir um discurso filosófico sobre temas que atingem a condição humana – nas suas múltiplas dimensões – sem remeter-nos a este ou àquele filósofo em particular. Este modo de praticar a Filosofia implica em mudar radicalmente nosso modo de aprender e de ensinar a Filosofia. Penso que o discurso filosófico será reconhecido na medida em que for capaz de dizer algo essencial à vida das pessoas. Abandonar a História da Filosofia, deixar a bengala que nos apoia e dá segurança, implica em reaprender a pensar filosoficamente. Que valor – sentido – pode ter esmiuçar o texto de algum filósofo, como costumamos fazer? Quais contribuições efetivas nós damos, o que acrescentamos e mudamos, ao interpretar e reproduzir um discurso filosófico já feito por um filósofo? Em suma, a área de Filosofia tem pela frente o desafio de pensar filosoficamente o real com as categorias produzidas ao longo da história, mas lançando fora a bengala. Com isso não pretendo dizer que a História da Filosofia tenha perdido valor. Antes o contrário: por meio dela nos apropriamos das categorias filosóficas com as quais podemos filosofar. Assim, sem a História da Filosofia não acedemos ao instrumental teórico que torna possível o ato de filosofar. Sem conhecer a História da Filosofia a Filosofia se reduziria ao senso comum, a um saber que já não teria nada a ver com aquilo que, no curso dos séculos, conhecemos como Filosofia. Se antes falei em “abandonar a História da Filosofia” foi no sentido de abandonar certa prática filosófica pela qual nos limitamos a comentar textos filosóficos de filósofos. Quem deve pensar somos nós mesmos por nós mesmos; quem deve ter algo a dizer sobre aquilo que é somos nós mesmos, e não este ou aquele filósofo determinado, ainda que isto seja possível unicamente por meio das categorias filosóficas legadas pela História da Filosofia.